

**INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
IMEPAC ARAGUARI**

Comissão Própria de Avaliação - CPA

RELATO INSTITUCIONAL

Este relato (RI) faz parte do processo de autoavaliação institucional – 3º ciclo 2015/2017, realizado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC, foi desenvolvido em consonância com as determinações do Ministério da Educação constantes da NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES N° 062/2014 e N° 065/2014 e atualizado, conforme consta no Relatório Parcial 2016 da Autoavaliação Institucional – Ciclo 2015/2017, em dezembro de 2016.

Araguari – MG

Dezembro - 2016

SUMÁRIO

I – BREVE HISTÓRICO DA IES	3
II – CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO	4
III – PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO	5
IV – DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO	7
V – PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS.....	8
VI – PROCESSOS DE GESTÃO.....	12
VII – DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL	13

I – BREVE HISTÓRICO DA IES

Nome: Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Minas Gerais

Município: Araguari

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC é uma instituição de Ensino Superior mantida pelo Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda, sociedade empresarial limitada, com sede e foro na cidade de Araguari – MG. A instituição iniciou suas atividades, nesta cidade, no dia 24 de setembro de 2001, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Hoje possui doze cursos em funcionamento, todos na modalidade presencial: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia e Sistemas de Informação.

A instalação oficial da instituição em Araguari foi concretizada após acordo com a FUNEC - Fundação Educacional e Cultural de Araguari que mantinha uma Faculdade com os cursos de licenciaturas desde 1968. A Faculdade, naquele momento, foi credenciada como *Campus* da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, instituição *multicampi* vinculada ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos.

A Instituição, tendo como base análises mercadológicas, iniciou naquele momento seu processo de expansão em Araguari com a implantação de vários outros cursos. Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino, tendo iniciado em 2009 os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema.

Em 2011, a IES se constitui como Faculdade e recebe o nome de Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari, ainda mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC.

Em 2014, por meio da Portaria SERES n° 717 de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2014 e Parecer n° 289/2014 – DIREG/SERES/MEC, o Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. torna-se o mantenedor da Faculdade, que recebe novo nome, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari, da mesma forma mantendo seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino, a extensão e a investigação científica, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Araguari e região.

O IMEPAC conta em 2016 com 2.434 alunos regularmente matriculados distribuídos em seus 12 cursos de graduação, 190 docentes contratados sob o regime da CLT sendo 55% destes com titulação *stricto sensu* e 65% com regime de trabalho em tempo integral ou parcial e 242 colaboradores técnico-administrativos.

A graduação, a extensão e a iniciação científica no IMEPAC Araguari estão organizadas considerando as áreas da saúde, humanas e exatas.

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari rege-se, em suas ações e atividades, pelos preceitos constitucionais, pela legislação e normas específicas da educação em âmbito nacional. Assim, são de fundamental importância como instrumentos legais e normativos para as suas atividades administrativas e acadêmicas as orientações legais dos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Educação – CNE, Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior – SERES, Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – INEP, além de toda a legislação pertinente às instituições de ensino superior. Sua gestão é democrática, realizada por meio de seus órgãos colegiados (Comitê de Gestão e Colegiados de Cursos) e órgãos administrativos (Diretorias).

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos funciona no Município de Araguari, na região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, na Avenida Minas Gerais, 1.889 - Centro. A cidade está localizada a 558 km da capital mineira, na região do Triângulo Mineiro, de onde é a terceira maior cidade, contando com uma população estimada para 2016, segundo o IBGE, de 116.871 habitantes (<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310350&search=minas-gerais|araguari> – Acesso em 10/03/2017).

O IMEPAC Araguari vem mantendo dezenas de projetos e atividades de extensão tais como, as escolas de Educação Infantil, os atendimentos médicos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e o SUS, a Central de Idiomas que oferece cursos de línguas com qualidade para a população de baixa renda, os projetos com a Casa Lar, Casa do Caminho e ASCAMARA, dentre outros, que promovem o estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

II – CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO

O IMEPAC Araguari vem trabalhando no sentido de alcançar continuamente melhores resultados nas avaliações externas institucionais e de curso. É importante ressaltar que até 2008, a instituição era supervisionada pelo Conselho Estadual de Educação, sendo que aquele órgão não adotava as avaliações do MEC como qualificação dos cursos.

No que se refere ao Índice Geral de Cursos (IGC), cabe informar que até 2013 a Faculdade ainda era *campus* da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC e tinha seu IGC vinculado a ela, sendo que em 2013 não foi divulgado seu resultado, em função da desvinculação da UNIPAC e, conseqüente, do processo de transferência de manutença finalizado em novembro de 2014, quando seriam divulgados os resultados de 2013. Em 2014 a Faculdade obteve conceito 4 no IGC e, em 2015, conceito 3.

No quadro abaixo foi traçado um histórico dos resultados da Faculdade, constando os conceitos obtidos nos Indicadores de Qualidade (ENADE, CPC e IGC), a partir do ano de 2006.

Cursos	2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012		
	EN D	CP C	IGC	EN D	CP C	IGC	EN D	CP C	IG C	END	CPC	IGC									
Administ	2	-	-							2	2	3							3	3	3
C. Cont'beis	3	-								3	3								4	3	
Direito	SC	-								3	3								3	3	
E. Física				3	2	3							2	SC	3						
Enfermagem				2	2								2	2							
Farmácia				-	-								SC	SC							
Medicina				SC	SC								1	1							
Medicina Veterinária*				2	2								3	2							
Nutrição							2	2	3							1	2	2			
Engenharia Produção*							2	2								1	2				
Tec Agroneg				-	-								3	SC							

Cursos	2013			2014			2015		
	END	CPC	IGC	END	CPC	IGC	END	CPC	IGC
Administração							2	3	3
C. Cont'beis							4	4	
Direito							3	3	
E. Física	SC	SC	-						
Enfermagem	SC	SC							
Farmácia	3	3							
Medicina	2	3							
Medicina Veterinária*									
Nutrição	2	3							
Engenharia de Produção*									
Pedagogia				4	4	4			
Sist. Informação				3	3				

*Cursos novos, ainda não tiveram concluintes realizando o ENADE. Ainda não foram divulgados os resultados 2016 (ENADE, CPC e IGC).

Decorrente dos resultados de CPC insatisfatórios em 2010, os Cursos de Medicina (Despacho 234/2011), Nutrição (Despacho 250/2011) e Enfermagem (Despacho 242/2011) passaram por Processo de Supervisão de acordo com os despachos mencionados, com medida cautelar de redução de vagas. O Curso de Medicina teve sua medida cautelar revogada, com a conseqüente restituição das vagas, por meio de decisão da justiça, uma vez que já estava em andamento um processo de supervisão anterior, com base no Despacho 131/2010 – CGSUP/DESUP/SESu/MEC, o qual já havia sido atendido na sua integralidade, comprovado por meio de relatório de *visita in loco*, o que gerou o

arquivamento do processo de supervisão conforme Despacho SERES 166/2012, não cabendo, portanto, uma nova redução das vagas. Apesar do arquivamento desse processo de supervisão anterior do curso de Medicina, foi aberto de ofício no e-MEC o processo 201403571, de Reavaliação de Curso, entretanto, a visita *in loco* de Reavaliação do Curso (por meio da qual 75% dos indicadores avaliados receberam conceitos 4 ou 5) foi convertida em visita de Reconhecimento do Curso, finalizada e publicada em 13/11/2015 (Portaria SERES nº 867 de 09/11/2015, publicada no Diário Oficial da União em 13/11/2015). O Curso de Nutrição estabeleceu protocolo de compromisso, atendido na sua integralidade e aguarda publicação de Portaria de Renovação de Reconhecimento considerando relatório de visita *in loco* para Reavaliação do Curso referente ao Termo de Saneamento de Deficiência SERES/MEC: nº 06/2012. O Curso de Enfermagem estabeleceu protocolo de compromisso, porém, por meio do Despacho SERES/MEC nº 129/2016 foi determinando o arquivamento do processo de supervisão 23000.017950/2011-30, bem como a suspensão das medidas cautelares, inclusive restabelecendo a oferta de 120 vagas anuais, tendo em vista o cumprimento integral das medidas saneadoras contidas no Despacho 129/2016. Aguarda publicação de Portaria de Renovação de Reconhecimento considerando relatório de visita *in loco* por meio do qual obteve CC 3. Não houve abertura de ofício de processo de renovação de reconhecimento em função do Despacho SERES/MEC nº 242/2011.

Decorrente dos resultados de CPC insatisfatório em 2008 e 2011, os Cursos de Pedagogia (Despachos 191/2012 e 192/2012) e Sistemas de Informação (Despachos 191/2012 e 192/2012) passaram por Processo de Supervisão com estabelecimento de protocolo de compromisso, que foram atendidos na sua integralidade, tendo recebido visita *in loco* e obtido os seguintes conceitos: Pedagogia (CC=4) e Sistemas de Informação (CC=3), com isso foram suspensas as medidas cautelares impostas e publicadas as Portarias de Renovação de Reconhecimento, a saber: Pedagogia (Portaria SERES 278/2015, publicada no DOU em 02/04/2015) Sistemas de Informação (Portaria SERES 586/2014, publicada no DOU em 17/10/2014).

O curso de Direito recebeu visita *in loco* para Reconhecimento de Curso no período de 27/02 a 01/03/2012, tendo obtido o Conceito de Curso – CC=4, sendo seu reconhecimento conferido por meio da Portaria SERES 48/2015, publicada no DOU em 23/01/2015. Conforme legislação específica do curso de Direito, o mesmo aguarda abertura de ofício de processo de renovação de reconhecimento tendo em vista CPC 3 obtido em 2012 e em 2015. Já o Curso Farmácia recebeu visita *in loco* para Reconhecimento de Curso no período de 11 a 14/11/2012, tendo obtido o Conceito de Curso – CC=4. Reconhecido conforme Portaria SERES nº 699/2015, de 01/10/2015, publicada no DOU de 05/10/2015.

Em 2014, ocorreu visita *in loco* para autorização de oferta do curso Engenharia de Produção, que obteve CC=4, com a consequente publicação da Portaria SERES 537/2014, publicada no DOU em 26/08/2014. O Curso de Medicina Veterinária foi autorizado por meio da Portaria SERES 602/2014, publicada no DOU em 30/10/2014, com dispensa de visita *in loco*.

Em 2015 o Curso de Educação Física recebeu visita *in loco* de 06 a 09/12/2015, para Renovação de Reconhecimento (tendo em vista o CPC SC/Sem Conceito obtido em 2013) e aguarda a publicação da respectiva Portaria, considerando o Relatório de vista da comissão (Conceito Final 3). O Curso de Administração manteve o CPC 3 em 2015, entretanto, o conceito no ENADE foi 2, evidenciando uma queda no desempenho dos alunos na avaliação. No mesmo sentido, o IGC alcançado pela instituição foi 3. Tais indicadores da avaliação externa 2015 (resultados informados à IES em março 2016) serão detidamente analisados assim que forem divulgados os detalhamentos.

Em 2016 a instituição recebeu visita *in loco* de 13 a 17/03/2016, para Recredenciamento (Processo e-MEC: 201408555), obtendo no relatório de avaliação CI 4. Recredenciado conforme Portaria nº 57, de 18/01/2017, publicada no DOU em 19/01/2017, pelo prazo de 4 anos.

Como efeito, os resultados dos processos avaliativos da IES confirmam a coerência entre as diretrizes estabelecidas no PDI e suas práticas, desenhando um contorno de melhorias que evoluem positivamente em consonância com as ações empreendidas.

III – PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Historicamente a Avaliação Institucional tem sido objeto de discussões no IMEPAC Araguari desde a sua criação. Em 2004 a Lei nº 10.861 instituiu o SINAES e, naquele momento esta IES, ainda supervisionada pelo Conselho Estadual de Educação de MG, já desenvolvia ações de avaliação, basicamente voltadas para os docentes e discentes em todos os semestres letivos. Em 2008, por força de decisão do STF, em uma ação Direta de Inconstitucionalidade, a instituição passou a integrar o Sistema Federal de Ensino. A partir disso, foram tomadas as providências para a migração para o Sistema Federal, que teve

início em janeiro de 2009. Em 2010, a Faculdade iniciou o seu 1º ciclo avaliativo, com a finalidade de cumprir as determinações legais, de atingir e demonstrar as condições para o seu reconhecimento no MEC.

Com a implantação, nesse mesmo momento, do processo de Planejamento Estratégico da Faculdade, a Avaliação Institucional ficou definida como um dos seus Programas Estratégicos. Foi aprovada, então, a Resolução nº 01/2010, que instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IMEPAC Araguari, que obedece a Regulamento próprio aprovado pelo Comitê de Gestão e sua composição garante a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, vedando a existência de maioria absoluta por parte de qualquer dos segmentos representados.

Entendida como um processo permanente e como uma ferramenta de gestão, a Avaliação Institucional na Faculdade tem como princípio a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e assim exige que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

Assim, a Avaliação Institucional na Faculdade consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento (ciclos de três anos), e ocorre em três momentos:

- I. Avaliação do docente por componente curricular (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
- II. Avaliação Institucional Geral (diagnóstica) – Aplicada no primeiro ano do ciclo avaliativo ou no início do segundo, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada;
- III. Avaliação Institucional Geral (conclusiva do ciclo) – Aplicada no terceiro ano do mesmo ciclo avaliativo, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada.

A Avaliação da Instituição tem por objetivo manter os diferentes setores de trabalho informados sobre seus aspectos de excelência, deficiência e carência, de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem ações necessárias para promover correções dos desvios e carências e/ou manter e animar o que se mostrou como de excelência, com vistas a rever e aperfeiçoar o seu Projeto Institucional. Para isso são consideradas obrigatoriamente dez dimensões, organizadas em 5 eixos, contemplando: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para o ensino, pesquisa (investigação científica), pós-graduação (se houver), a extensão; a responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de recursos humanos; organização e gestão; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento ao estudante; e a sustentabilidade financeira da instituição.

Em resumo, a sistemática da avaliação institucional do IMEPAC Araguari, com vistas à melhoria da qualidade, é desenvolvida cuidando-se para que a avaliação seja sempre:

- I. Um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- II. Uma ferramenta e um conjunto de diretrizes para o planejamento e a gestão universitária;
- III. Um processo constante de prestação de contas de todos para com todos.

Os resultados da Avaliação Institucional são validados estatisticamente ao longo do ciclo avaliativo por meio de análise comparativa dos dados coletados em diferentes segmentos, cuja finalidade é fornecer o melhor “leque” possível de informações que subsidiarão as ações de melhoria pedagógico-administrativa. De posse dos resultados a CPA irá estudar, gerir e acompanhar as ações de melhoria cabíveis e esperadas. O próximo passo é o retorno da avaliação a todos os segmentos envolvidos de tal forma que todos tenham conhecimento dos resultados e do “Plano de Melhorias”, construído coletivamente, cujo enfoque é a implementação de novas mudanças e projetos no sentido de alcançar as metas propostas.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a CPA da Faculdade realizou seu primeiro ciclo de Autoavaliação Institucional. As atividades da CPA foram bastante significativas, incluindo ações como: discussão de concepções e de alternativas de operacionalização da Avaliação Institucional; formalização de uma proposta de autoavaliação; produção de calendário (cronograma); realização de levantamentos de dados por meio de aplicação de vários instrumentos avaliativos; análise detida dos resultados levantados; construção de um diagnóstico e, a partir dele, proposição de metas e ações a serem apresentadas aos dirigentes da IES; e apresentação dos resultados levantados à comunidade acadêmica e aos dirigentes da Faculdade. Os resultados desse ciclo 2010/2012 renderam frutos significativos para a Faculdade: as ações realizadas mobilizaram a comunidade acadêmica que progressivamente vem enxergando a Avaliação Institucional como uma importante ferramenta de melhoria do ensino e da Faculdade como um todo. Além disso, as metas e ações traçadas a partir do diagnóstico dos resultados fizeram parte integrante do plano de melhorias decorrentes dos processos avaliativos, influenciando o PDI.

Nesse mesmo período (2010/2012), a CPA apresentou à comunidade acadêmica, aos dirigentes da Faculdade e inseriu no sistema e-MEC nos prazos estipulados pelo INEP: Proposta de Autoavaliação Institucional; dois Relatórios Parciais contendo a descrição dos trabalhos avaliativos realizados de 2010 a 2011; e Relatório Final, concluído em dezembro de 2012, encerrando assim, o primeiro ciclo avaliativo interno com a realização do encontro de meta-avaliação no início de 2013.

Em 2013 a CPA empreendeu os trabalhos pertinentes ao segundo ciclo avaliativo (2013/2014), apresentou os resultados à comunidade acadêmica, aos dirigentes e inseriu no sistema e-MEC: dois Relatórios Parciais contendo a descrição dos trabalhos realizados em 2013 e em 2014; e Relatório Integral, concluído em dezembro de 2014, encerrando assim, o segundo ciclo avaliativo com a realização do encontro de meta-avaliação no início de 2015.

Em 2015 foram realizadas as ações para os trabalhos do terceiro ciclo avaliativo (2015/2017), que se encontram em plena fase de desenvolvimento, tendo sido concluída a avaliação docente por componente curricular do primeiro semestre (2015/1) e do segundo semestre (2015/2) - já utilizando o questionário de consulta atualizado e revisado. Também, foi elaborado e inserido no Sistema e-MEC o 1º Relatório Parcial 2015, conforme previsão no Cronograma de Execução da Avaliação Institucional.

Além de outras ações, no início de 2016 realizou-se a Avaliação Institucional Geral (Diagnóstica), cujos resultados foram tabulados e analisados pela CPA para compor o 2º Relatório Parcial 2016 (Ciclo 2015/2017) que será inserido no sistema e-MEC até 31 de março de 2017, bem como foram realizadas as avaliações dos docentes por componente curricular do primeiro e segundo semestre (2016/1 e 2).

A partir dos instrumentos utilizados para o levantamento de dados e de uma análise detida das informações coletadas tanto na avaliação mais ampla (“diagnóstica” – início do ciclo e “conclusiva do ciclo” – final do ciclo), quanto na avaliação docente por componente curricular (a cada semestre), bem como do PDI, a CPA elabora um diagnóstico dos resultados e este é apresentado e socializado, dentre outros, no encontro anual de planejamento institucional, com vistas a: solucionar ou minimizar os pontos fracos e as ameaças apontadas no diagnóstico; melhorar as atividades consideradas neutras; e fortalecer ainda mais os pontos fortes. Todos os apontamentos advindos da avaliação institucional são apresentados, discutidos e considerados na construção e atualização compartilhada do plano de melhorias. Analisando-se o trabalho desempenhado pela CPA desde sua criação no IMEPAC, podemos ressaltar a crescente participação da comunidade interna e externa no processo avaliativo, uma clara comprovação do seu amadurecimento acerca da sua importância no processo de gestão. A Autoavaliação Institucional no IMEPAC é entendida como importante ferramenta de gestão, subsidiando todo o planejamento institucional.

IV – DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari, incumbe-se de sistematizar, articular e socializar o diagnóstico decorrente dos processos avaliativos, dentre outras atividades. O diagnóstico, considerando o Relatório Parcial 2016 - 3º ciclo avaliativo 2015/2017, com apontamentos significativamente satisfatórios, foi subsidiado pelas avaliações externas e, também, pelos resultados das Avaliações Docentes por Componentes Curriculares (2015 e 2016) e da Autoavaliação Institucional Geral (Diagnóstica), alvos de detida análise, inclusive para a construção coletiva do plano de melhorias acadêmicas e administrativas - 2016. Assim sendo, registramos a seguir, uma síntese demonstrativa dos resultados parciais apurados na Autoavaliação Institucional Geral (Diagnóstica) 2016. Para tal, considerou-se no consolidado analítico comparativo, os apontamentos dos discentes, docentes e dos técnico-administrativos, quanto aos pontos positivos com maior expressão (Bom e Ótimo) e, igualmente, dos pontos negativos (Ruim e Fraco). Destacamos como pontos positivos a serem mantidos e potencializados: Eixo 2 = Desenvolvimento Institucional (3ª Dimensão: Atendimento a funcionários com deficiência = Conceito ÓTIMO 51,9%); Eixo 3 = Políticas Acadêmicas (- 2ª Dimensão: Adequação dos métodos de ensino e dos processos didáticos aos conteúdos = Conceito BOM 55,5%; - 4ª Dimensão: Imagem da faculdade na sociedade local = Conceito ÓTIMO 65,7%, Atuação do coordenador na gestão do curso = Conceito ÓTIMO 79,1%; e Eficiência no atendimento prestado pelos funcionários do RH = Conceito BOM 44,2%); Eixo 4 = Política de Gestão (- 5ª Dimensão: Satisfação pessoal na atuação docente = Conceito ÓTIMO 51,9%; Satisfação pessoal como aluno da Faculdade = Conceito ÓTIMO 28,5%; Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados e do Comitê de Gestão = Conceito BOM 69,2%; e Relacionamento entre funcionários = Conceito BOM 73,1%; - 6ª Dimensão: Participação de representantes do corpo docente nas decisões de órgãos colegiados = Conceito BOM 46,3%; Participação de representantes do corpo discente nas decisões dos órgãos colegiados = Conceito BOM 51,8%; - 10ª Dimensão: Regularidade do pagamento dos salários = Conceito ÓTIMO 92,5%. Pontos negativos a serem trabalhados: Eixo 1 = Planejamento e Avaliação Institucional (- 8ª Dimensão: Contribuição da avaliação institucional para a melhoria do ensino e da faculdade = Conceito RUIM 4,5%); Eixo 2 = Desenvolvimento Institucional (- 3ª Dimensão: Atendimento a alunos carentes = Conceito RUIM 8,1%); Eixo 3 = Políticas Acadêmicas (- 2ª Dimensão: Atividades práticas vivenciadas no curso (aulas práticas, visitas técnicas e trabalho de campo) e a participação do aluno em projetos de extensão = Conceito FRACO 11,1%; - 4ª Dimensão: Qualidade dos equipamentos de informática = Conceito FRACO 3,9%); Eixo 4 = Políticas de Gestão (- 5ª Dimensão: Satisfação pessoal na atuação docente = Conceito FRACO 1,5%; Satisfação pessoal na atuação profissional = Conceito FRACO 3,9%; Qualidade do ambiente específico de trabalho = Conceito FRACO 3,9%; e Qualidade dos equipamentos de informática = Conceito FRACO 3,9%; - 6ª Dimensão: Participação de representantes

do corpo discente nas decisões de órgãos colegiados = Conceito RUIIM 3,8%), - 10ª Dimensão: Cumprimento das obrigações trabalhistas = Conceito FRACO 1,5%); Eixo 5 = Infraestrutura (- 7ª Dimensão: Condições físicas dos prédios = Conceito FRACO 5,6%).

De posse dos resultados avaliativos parciais (2016) e, ainda, dos analítico-comparativos (discentes, docentes e técnico administrativos nos quesitos de igual consulta), a CPA está dando prosseguimento aos trabalhos até a conclusão do presente ciclo (2015/2017).

Quanto à divulgação dos resultados da autoavaliação, esta se dá em dois níveis: comunicação interna e comunicação externa. A comunicação com a comunidade interna ocorre, principalmente, por meio das campanhas motivadoras e de divulgação, visitas às salas de aula, reuniões para socialização dos resultados, encontros de planejamento para construção conjunta do plano de melhorias, seminários de meta-avaliação, circulares, quadros de aviso, site institucional, dentre outros. A comunicação com a comunidade externa se dá através de jornais, encontros e reuniões com diversos segmentos da sociedade civil organizada e, também, pela internet. O site apresenta, permanentemente, informações sobre a instituição, os cursos oferecidos, o corpo docente e notícias sobre o que acontece na Faculdade, tendo uma aba específica da CPA com sua composição e membros, onde também são postados o regulamento, a legislação, os relatórios, resultados e plano de melhorias. O uso de diversas formas de divulgação dos resultados da avaliação institucional é adotado, considerando a necessidade de remover barreiras nas comunicações para propiciar o acesso de todos de forma inclusiva. O diálogo com a comunidade interna e externa, seja na divulgação dos resultados das avaliações, seja em outros momentos, tem como um dos alvos a produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais, a questão dos Direitos Humanos, a qualificação da vida e da convivência saudável, o que a instituição faz, também por meio de suas ações e atividades de extensão.

Quanto à análise, destacamos que a CPA estuda, gere e acompanha as ações de melhorias decorrentes dos processos avaliativos cabíveis e esperadas, em conformidade com o previsto no Projeto de Avaliação Institucional “Conhecer para Melhorar”. O próximo passo consiste em dar o retorno da avaliação a todos os segmentos envolvidos. Após essa etapa é organizado semestralmente um encontro geral de planejamento compartilhado, com a participação de todos os setores, coordenadores, diretores e docentes, realizado fora do ambiente da Faculdade, com duração de um dia inteiro, onde são discutidas as metas constantes do PDI, os resultados da avaliação externa e da autoavaliação, com o objetivo de avaliar e planejar as ações no sentido de alcançar as metas propostas no PDI e as recomendações da CPA, culminando na revisão do plano de melhorias a partir dos processos avaliativos. Tratando em especial do PDI, no ano de 2016 foram realizadas várias reuniões com representantes de todos os segmentos, com a finalidade de reestruturar integralmente o PDI para o período 2017/2019. O trabalho conjunto baseou-se fortemente nos resultados das avaliações internas e externas, promovendo mudanças significativas e alcançando, inclusive, a missão, visão e valores institucionais, como também, o estabelecimento de objetivos, metas e ações institucionais para o referido triênio, cujo desenvolvimento será devidamente acompanhado pela CPA.

Assim sendo, ao longo da elaboração dos Relatórios Parciais, bem como da construção dos Relatórios Integrais nos ciclos avaliativos, e participação nos acontecimentos institucionais, a CPA, que também promove encontros e reuniões com os vários segmentos da comunidade acadêmica, com vistas ao cumprimento das metas para o desenvolvimento do fluxo do processo de avaliação na IES, toma ciência da efetiva concretização de inúmeras ações de melhorias já realizadas ao longo do percurso, tanto no âmbito de cada curso, como no que se refere aos serviços prestados nas atividades de apoio à atividade-fim e última as ações com a realização do seminário de meta-avaliação. Enfim, com as atividades de ampla divulgação dos resultados e ações decorrentes dos processos avaliativos, a CPA envolve-se e oferece os subsídios necessários para que a instituição reflita sobre o cumprimento da sua missão e das políticas institucionais.

V – PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A avaliação institucional no IMEPAC tem como norte a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria contínua da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Em função do seu desempenho nas avaliações - inclusive no ENADE - a IES definiu (e redefine anualmente) um plano de melhorias, com ações direcionadas principalmente para as fragilidades identificadas nessas avaliações.

A partir dos resultados alcançados nos processos avaliativos (internos e externos), bem como, nos apontamentos da Ouvidoria, nas discussões promovidas em encontros institucionais, dentre outros meios, a IES planeja coletivamente suas ações (anualmente). Essas práticas de avaliação compartilhadas estabelecidas na

instituição, bem como a construção do plano de melhorias a partir dos processos avaliativos, ao longo dos anos vem se tornando facilitadoras para a atuação efetiva e comprometida da CPA.

As iniciativas e grandes investimentos para melhorias nas práticas e estrutura física da instituição em função das fragilidades identificadas no primeiro, segundo e parcialmente no terceiro ciclo de autoavaliação da IES e das últimas avaliações externas realizadas pelo INEP são de suma relevância. Tal postura consolida a articulação entre o processo de autoavaliação institucional (coordenado pela CPA), as avaliações externas realizadas pelos órgãos reguladores, o ENADE e o planejamento da IES com as consequentes revisões necessárias em seu PDI – como ocorrido agora, em 2016. Nesse processo de avanços, as ações dos gestores e da comunidade acadêmica da instituição no acompanhamento da implantação das ações e na avaliação da eficácia das mesmas (resultados alcançados) são fundamentais.

As metas e as ações propostas no Plano de Melhorias a partir dos processos avaliativos contempladas neste Relatório Parcial 2016 e que serão revisadas, atualizadas e ampliadas no Relatório Integral, que será complementado e finalizado em 2017, foram assim definidas: Avaliação/Planejamento/Orçamento/Ação-implementação. Desse modo, para exemplificar destacamos algumas metas que foram estabelecidas no Plano de Melhorias 2016: a) Área Acadêmica: elevar ou, no mínimo, manter o conceito 3 no ENADE; melhorar o nível de conhecimento dos alunos acerca da Avaliação Institucional; implementar e incentivar práticas pedagógicas inovadoras; ampliar oportunidades de visitas técnicas e participação dos discentes; ampliar convênios de Estágio; ampliar e atualizar o acervo bibliográfico dos cursos, bem como, recursos didáticos e materiais (material de consumo e equipamentos) para as aulas e insumos para os laboratórios de informática; ampliar a participação dos alunos em projetos de extensão; proporcionar maior incentivo para iniciação/investigação científica; aperfeiçoar estratégias e processos de comunicação interna e externa; colaborar para a melhoria da manutenção da infraestrutura e equipamentos da IES; intensificar o uso do Portal Universitário; intensificar a organização do registro acadêmico dos cursos nos prazos previstos no Calendário Acadêmico; agilizar o processo de planejamento de distribuição de aulas e definição da grade horária para o semestre seguinte e informar aos docentes com a antecedência possível; procurar manter, sempre que possível, a estabilidade no número de disciplina/aulas dos docentes para os semestres subsequentes; sistematizar as atividades de aprimoramento acadêmico e de extensão desenvolvidas por docentes e alunos do IMEPAC sem registro e sem acompanhamento institucional; incentivar e apoiar a participação de docentes e discentes em eventos externos e atividades extracurriculares; promover bianualmente evento acadêmico-científico de extensão “Congresso Científico” (2015); promover bianualmente o evento de extensão “Bienal de Ideias” (2016); ampliar o incentivo e participação de docentes e discentes em atividades externas; fomentar ações em prol de atividades de difusão, ampliação de produção acadêmica, técnica e científica; rever os planos de ensino dos cursos para promover o trabalho com temas transversais em atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Políticas de Educação Ambiental e Desenvolvimento Nacional Sustentável, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, acessibilidade, responsabilidade social, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, dentre outras; envolver alunos e professores nas rotinas administrativas do curso; envolver toda a equipe nas rotinas administrativas do curso; atingir nível satisfatório de registro acadêmico do curso; qualificação da Santa Casa de Misericórdia de Araguari e municípios parceiros como ambiente de ensino para Residência Médica; aumentar a produção científica da Instituição, bem como melhoria curricular dos docentes e discentes; apoio aos Estudantes; profissionalizar a atividade com os pacientes simulados, visando diminuir falhas e aumentar o aproveitamento das aulas; dedicação para aprimorar – NPJ; projetos realizados no NPJ institucionalizados como projetos de extensão; aquisição de software jurídico específico para lançamento de andamentos processuais; estimular, orientar e exigir o acompanhamento dos processos em andamento no NPJ; viabilizar idéias para formalizar novos projetos no NPJ; promover, por meio do E-LABORE, suporte aos docentes no que tange à inovação, apoio pedagógico e valorização do desempenho docente; b) Laboratórios da Saúde: otimizar o tempo gasto para o preparo das aulas práticas; otimizar a disponibilidade de ervas e fitoterápicos para as aulas práticas; proporcionar agilidade no atendimento ao professor durante as aulas práticas; organizar e adequar área do “Cantinho Verde”; otimizar o tempo de comunicação dos funcionários; elaboração de um manual de normas de utilização do laboratório de semiologia III; treinamento e capacitação dos colaboradores do setor; c) Biblioteca:atualização da coleção; maior controle do acervo; implementação do plano de atualização bibliográfica; d) Comunicação e Marketing: desenvolvimento de projetos e ações internas, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores; incentivar a prática de hábitos saudáveis;incentivar em nossos alunos o hábito na leitura; desenvolver uma campanha de incentivo à solidariedade dos nossos alunos promovendo uma reflexão sobre questões sociais, econômicas, ambientais e culturais; fortalecimento da nossa marca e uma maior interação com o nosso público interno e externo; incentivar a

promoção de eventos culturais no meio acadêmico mobilizando alunos, professores e colaboradores; adaptar o conteúdo postado ao nosso público-alvo e aperfeiçoar o processo de interação; manter-se presente em mídias durante todo o semestre/ano letivo; facilitar a comunicação oferecendo uma eficiente divulgação de avisos, campanhas, projetos sociais, eventos e ainda proporcionar entretenimento à comunidade acadêmica; buscar meios de comunicação que proporcionem a inclusão das pessoas com deficiência; e) Tecnologia da Informação: ampliar o sinal da internet wireless disponível para alunos e professores; eliminar utilização de credenciais provisórias de papel para alunos; atualização tecnológica aliada a responsabilidade ambiental; documentar e aprimorar os processos do Sistema de Registro Acadêmico (RM); f) Financeiro: aprimorar relacionamento entre os colaboradores e investir na capacitação voltada ao desenvolvimento da equipe; padronização de processos e informações; realizar os pagamentos com cautela e planejamento; implementar as políticas de sustentabilidade financeira; manter a documentação dos fiadores de acordo com as exigências do IMEPAC; ter excelência no atendimento; utilizar relatório do sistema; fazer conciliação bancária diariamente; emitir relatórios gerenciais com informações precisas; colaborador(a) permanecer no setor executando seu trabalho; g) Serviços Gerais e Manutenção: priorizar a utilização de produtos biodegradáveis na limpeza geral visando, assim, a sustentabilidade; promover a troca de 136 torneiras localizadas nos diversos setores da IES; h) Secretaria e Protocolo: obter dados sobre deficiências e necessidades especiais dos alunos; implementar diários de classe eletrônicos; i) Recursos Humanos: fazer a atualização dos dados para que seja possível cumprir as exigências do novo sistema do Governo (eSocial); receber a documentação necessária para admissão em tempo hábil para conciliar no sistema e atender as exigências do novo programa do Governo (eSocial); reduzir o fluxo de ocorrências e justificativas, melhorando o tratamento do ponto para atender as exigências legais; melhorar a qualidade dos processos de recrutamento e seleção; capacitar e aperfeiçoar docentes e pessoal técnico administrativo; j) Central de Idiomas: aumentar o número de alunos matriculados; capacitar professores da CIU para o trabalho junto aos alunos com deficiências e/ou necessidades educativas especiais; ação de parceria com o Departamento Financeiro com o intuito de continuar as cobranças iniciadas na gestão anterior; k) Ouvidoria: funcionar a Ouvidoria como um setor responsável por receber, registrar, conduzir e responder as manifestações (reclamações, críticas, elogios, etc.), internos e externos, com o intuito de aprimorar e/ou corrigir os serviços prestados; l) Núcleo de Atendimento ao Estudante - NAE: divulgação mais ampla do regulamento do NAE, simplificar o formulário de Avaliação de Descontos; passar o recebimento do formulário (NAE) para o respectivo departamento, responder formalmente via e-mail o motivo de não aprovação do formulário; m) NIEP: ampliar incentivos para produção científica; ampliar a oferta de cursos de extensão à comunidade em geral; n) Processo Seletivo: ampliar o número de alunos inscritos no vestibular e matriculados nos diversos cursos da IES; o) Núcleo de Inovação e Apoio Pedagógico – E-LABORE: Implementar suporte aos docentes no que tange à inovação, apoio pedagógico, reconhecimento e valorização do desempenho docente; criar indicadores de aferição da percepção discente sobre o ensino-aprendizagem; estimular e apoiar o desenvolvimento de inovações pedagógicas; p) Medicina – Coordenação do Curso: envolver alunos e professores nas rotinas administrativas do curso; elevar o conceito 2 para 3 no ENADE 2013 e CPC de 3 para 4; atingir nível satisfatório de registro acadêmico do curso; qualificação da Santa Casa e municípios parceiros como Ambiente de Ensino para Residência Médica; apoiar o estudante de Medicina; atender à todas as disciplinas com paciente simulado; q) Medicina – Coordenação do Internato do Curso de Medicina: uniformizar aplicação dos instrumentos de avaliação; fechamento das notas em todos os módulos dentro do prazo estipulado; sistema acadêmico mais eficiente e funcional; melhorar a comunicação entre gerência de ambulatórios e coordenação; otimizar o número de vagas disponíveis; r) NAAP – Núcleo de Acessibilidade e Atendimento Psicopedagógico: divulgação do setor e atendimento às demandas institucionais mediante solicitação dos setores que necessitem do serviço; s) NED – Núcleo de Estudos Dirigidos: fomentar o uso da ferramenta (portal) de forma eficiente; t) NIEP – Núcleo de Investigação Científica, Extensão e Pós Graduação: criar, implementar e divulgar a Política de Extensão Institucional; sistematizar as atividades de aprimoramento acadêmico e de extensão desenvolvidas por docentes e alunos do IMEPAC sem registro e sem acompanhamento institucional; formar pelo menos uma turma de Curso de Extensão por semestre em 2016; u) NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas: dedicação para aprimorar; estimular, orientar e exigir o acompanhamento dos processos em andamento; CPD da instituição apresentar o software concluído; viabilizar procedimentos que estimulem e ocupem os alunos estagiários no dia de sábado, apesar de ser considerado exceção às atividades do NPJ; v) PIN – Programa Institucional de Nivelamento: rever e recuperar conhecimentos necessários à vida acadêmica, considerando a educação inclusiva no ensino superior nas áreas de Português, Matemática e Química; x) Secretaria Acadêmica: satisfação do aluno; agilidade na entrega dos diários; fazer re-matrícula *on-line*; enviar documentos por e-mail facilitando o processo; z) TCC – Trabalho de Conclusão de Curso: entregar folha de Relatório Mensal com data de entrega pré-determinada para acompanhamento em tempo real da situação de cada aluno/dupla e seus orientadores; planejar evento voltado aos alunos que cursam

TCC I para contribuir na construção do mesmo; divulgar com maior ênfase o horário de funcionamento da coordenação de TCC para apoio na escrita. Destacamos também, dentre outras, algumas ações realizadas em prol da melhoria do ensino e dos resultados das avaliações externas: oferta de cursos de nivelamento para alunos com dificuldade de aprendizagem; cursos de extensão com temas que reforçam os conteúdos trabalhados no currículo dos cursos; análise e atualização curricular com vistas à ampliação das ações no que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Políticas de Educação Ambiental e Desenvolvimento Nacional Sustentável, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, acessibilidade, responsabilidade social, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, dentre outras; revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e inclusão do Projeto Integrador; atuação junto aos docentes do Núcleo de Inovação e Apoio Pedagógico (E-LABORE); aperfeiçoamento docente continuado com foco nas metodologias ativas e inovações pedagógicas; realização de oficinas pedagógicas, fóruns de gestão, encontros, reuniões, palestras e outros; criação do Núcleo de Educação à Distância (NEaD); participação direta da Direção Geral e Direções Acadêmico-Pedagógicas nas ações em prol da melhoria dos resultados das avaliações institucionais (inclusive do ENADE); institucionalização de incentivo aos coordenadores que obtiverem satisfatórios resultados em seus cursos no ENADE; encontros de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica acerca da importância da CPA e das avaliações internas e externas; realização dos encontros gerais (semestrais) para planejamento conjunto das ações e construção/revisão do planos de melhorias a partir dos processos avaliativos; divulgação e reflexão quanto aos resultados da avaliação institucional; lançamento pelo Departamento de Comunicação e Marketing da Faculdade da campanha de sensibilização e conscientização da importância do ENADE; análise dos resultados da avaliação semestral docente por componente curricular; dentre outras. Quanto às ações de extensão, todos os cursos, em maior ou menor grau, realizam atividades vinculadas aos setores públicos, privados, entidades, associações e ONGs, Tais como: Congresso Científico e Jornada Científica (com temas interdisciplinares, integrados às diversas áreas de formação de cada um dos cursos); trabalhos de investigação científica; e outros. Manutenção dos projetos de extensão continuados desenvolvidos regularmente pelos diversos cursos da Faculdade. Manutenção, também, da participação ativa da Faculdade nas iniciativas dos setores público e privado, relacionadas às ações de preservação do meio ambiente, de direitos humanos, dentre outros. A instituição assim, promove suas ações considerando o plano de melhorias elaborado de forma coletiva e participativa a partir dos resultados da avaliação institucional, como a implementação das políticas de sustentabilidade, de acessibilidade, de acompanhamento do egresso e de extensão. Diversas atividades previstas são realizadas pelos cursos, especialmente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Fundação Aragarina de Educação e Cultura, visando à preservação da memória do patrimônio cultural e interação com a comunidade local. O Curso de Educação Física também realiza várias atividades e campeonatos esportivos envolvendo docentes, discentes, técnico-administrativos e pessoas da comunidade local. Destaca-se também, a parceria existente entre a Faculdade e a Secretaria Municipal de Educação por meio do Projeto de Educação Patrimonial: “Educar é Preservar” e diversos Projetos Culturais em parceria com a Secretaria Municipal Antidrogas e ICASU – Programa do 1º Emprego. No que se refere à infraestrutura, a Faculdade tem destinado grandes investimentos, especialmente norteados pelos resultados dos processos avaliativos. O prédio tombado pelo Patrimônio Histórico foi restaurado, como também, construídos novos blocos de salas, espaços de convivência, novos laboratórios, nova biblioteca, novo ambulatório, complexo laboratorial da Veterinária, Construção do laboratório de Engenharia de Produção e Civil, obras para atender à acessibilidade de pessoas com deficiência, adequações para o atendimento da segurança, novos setores acadêmicos e administrativos, dentre tantos outros. No momento a instituição está em fase adiantada de construção da clínica veterinária, laboratório de farmácia e outros setores de apoio e espaço de convivência. Foi realizada uma grande reforma no Prédio II e, atualmente, novas obras de melhorias estão em andamento, considerando recorrentes apontamentos negativos advindos das avaliações no que se refere à infraestrutura. A instituição tem dado especial atenção também à questão de recursos de informática com a ampliação dos laboratórios e aquisição de novos equipamentos, bem como às TICs, que da mesma forma recebeu significativos investimentos para ampliação de equipamentos e recursos, em especial para atender a questão da acessibilidade. Ações para qualificação, capacitação e experiência dos professores, da mesma forma, tem sido constantes.

O Plano de Melhorias, portanto, é planejado e implementado coletivamente, com a participação do corpo dirigente e de todos os segmentos da instituição, com o acompanhamento e supervisão da CPA, que cumpre sua tarefa de zelar para que a avaliação institucional se converta de fato em processo de melhoria constante na Faculdade.

VI – PROCESSOS DE GESTÃO

A gestão no Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari pode ser conceituada como um conjunto de processos capazes de traduzir as estratégias em ações alinhadas em todos os níveis, de forma a garantir o alcance da sua Missão, Visão e preservação de seus valores, por meio do planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e correção dos rumos da instituição, no momento em que se fazem necessários e oportunos.

A CPA registra que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC está de acordo com as sugestões apresentadas em orientações disponibilizadas pelo Ministério da Educação e obedece ao disposto na legislação vigente que regula o ensino superior brasileiro - em especial ao art. 16 do Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, que define os principais tópicos que deve conter todo Plano de Desenvolvimento Institucional. Ainda, que o mesmo reflete os ideais e anseios da comunidade acadêmica, considerando que a revisão do PDI para o novo período 2017/2019 foi feita em vários encontros ao longo de 2016, de maneira compartilhada e coletiva, com a efetiva participação de todos os segmentos da instituição. Inclusive, abrangendo a redefinição de sua missão, visão e valores e, também, no estabelecimento de seus objetivos e metas, bem como, a composição de comissões constituídas tanto por responsáveis pelo acompanhamento, quanto equipe de execução/desenvolvimento das ações previstas.

As iniciativas e investimentos para melhorias nas práticas e estrutura física da instituição são definidas tendo como base as fragilidades identificadas nos ciclos de autoavaliação da IES, bem como as avaliações externas realizadas pelo INEP. Tal postura consolida a articulação entre o processo de autoavaliação institucional (coordenado pela CPA), as avaliações externas realizadas por meio de visitas *in loco*, o ENADE e o planejamento da IES com as consequentes revisões necessárias em seu PDI.

Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IMEPAC, que vigorará de 2017 a 2019, foi discutido e construído com a participação da comunidade universitária (ao longo de 2016), em seus diferentes contextos, que se entrecruzam e se sustentam para abrir vias de democratização dos processos e a promoção da gestão compartilhada.

Todo o trabalho de reconstrução do PDI contou com a permanente participação e assessoramento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, com reflexões a partir dos resultados da Avaliação Institucional, no sentido de atender às necessidades de melhorias frente às fragilidades e, ainda, dar ênfase aos pontos fortes do processo formativo e institucional. No desenvolvimento do trabalho mencionado verificou-se também, que alinhados aos apontamentos da Avaliação Institucional, os objetivos e metas estabelecidos no PDI 2014/2016, ou já tinham sido alcançados pela IES ou se encontravam em desenvolvimento e, neste caso, foram incorporados ao novo PDI. Como por exemplo, a melhoria no desempenho da maioria dos cursos no ENADE, incentivo à promoção de inovações pedagógicas, expansão e permanente melhoria da qualidade do ensino ofertado, ampliação e aperfeiçoamento das práticas extensionistas, adoção de processos de comunicação mais eficazes, promoção da profissionalização da gestão, gestão compartilhada, implantação de políticas de atualização permanente do acervo bibliográfico, oferecimento de infraestrutura física e de equipamentos condizentes com as necessidades dos cursos, manutenção do corpo docente com titulação adequada, atendimento às demandas regionais, aprimoramento do sistema de avaliação institucional, aperfeiçoamento no atendimento dos estudantes, implantação de programa de acompanhamento do egresso, criação do Núcleo de Educação à Distância (NEaD), permanente oferta de aperfeiçoamento docente e técnico-administrativo, aprimoramento dos processos operacionais, acadêmicos e administrativos, gestão responsável para garantir a sustentabilidade financeira, dentre outras.

Tendo a Missão como norte constante das ações institucionais, vale acrescentar que o plano de melhorias, com repercussão no planejamento financeiro está intrinsecamente ligado à gestão institucional acadêmica e administrativa. As ações para alcance dos objetivos e metas institucionais previstas no PDI são estabelecidas em encontro anual de planejamento, realizado em ambiente fora da Faculdade, geralmente com duração de um dia inteiro e contando com a participação e envolvimento de representantes de todos os segmentos da IES, a exemplo da CPA, Comitê de Gestão, NDEs, técnico-administrativos, gerências, dirigentes, coordenadores de cursos e de áreas, funcionários representantes de cada setor, dentre outros. Salientando que em 2016 também foi realizada a revisão/reestruturação compartilhada, de todo o PDI para o período 2017/2019. A partir da socialização de resultados da avaliação institucional (interna e externa), da análise dos objetivos e metas do PDI, do cenário econômico, se dá a elaboração coletiva do plano de melhorias, construído nessa dialética, que baliza as ações e planos de investimentos da IES, para uma gestão compartilhada e eficiente. A avaliação institucional constitui-se em importante instrumento de gestão do IMEPAC, bem como de seu planejamento financeiro, que prima por administrar os recursos financeiros de maneira sustentável, buscando equilíbrio entre receitas, geração de fluxo de caixa, custos e despesas e, por fim, os

investimentos realizados decorrentes das atividades da IES, com base nas informações advindas dos diversos processos avaliativos internos e externos. Essa forma de gestão intimamente relacionada com os processos avaliativos e alicerçada no reconhecimento das fragilidades e potencialidades apontadas nas avaliações tem subsidiado a tomada de decisões de forma mais objetiva e consciente no IMEPAC, promovendo o seu equilíbrio financeiro e viabilizando, assim, os investimentos em infraestrutura, a oferta de novos cursos, contratação de professores, adequações para a acessibilidade (rampas, elevador, piso tátil, recursos didáticos e tantos outros), implantação da política de acessibilidade; ampliação e construção de mais salas de aula, ambulatório, laboratórios, clínicas, setores administrativos, áreas de convivência, restauração das dependências e fachada do prédio histórico (tombado), investimento em laboratórios específicos e de informática, brinquedoteca; investimento no acervo da biblioteca (tanto pela necessidade de atualização de títulos dos cursos existentes, quanto pela compra de novos títulos) – implementação do Plano de Atualização Bibliográfica; melhoria no site institucional; contratação de professor e de intérprete de LIBRAS, aquisição de equipamentos para atender à questão da inclusão; aquisição de computadores, equipamentos e insumos para os laboratórios, mobiliário, equipamentos; investimento em publicidade e divulgação da IES e dos serviços prestados à comunidade; etc. Outras ações também estão sendo realizadas, tais como: Marketing de relacionamento, captação e retenção de alunos, medidas para o acompanhamento da evasão e inadimplência; investimento na remuneração docente, jornada parcial e integral, reestruturação de Plano de Cargos e Salários pela nova mantenedora. Além disso, são feitos investimento na contratação e capacitação do corpo técnico-administrativo; na política de sustentabilidade que implica em um consumo mais consciente, como projeto de eficiência energética, atualização e melhoria da rede elétrica, campanhas de conscientização sobre consumo de água, papel, energia elétrica, coleta seletiva, consumo consciente, dentre outros.

As fragilidades apontadas resultam em discussões, debates e elaboração de propostas de melhorias da IES em todos os segmentos. Em uma análise sucinta, a avaliação coordenada pela CPA, seus processos avaliativos e a mobilização dialética que ela promove na IES, permitem que a gestão seja exercida de modo compartilhado, promovendo relevantes e constantes melhorias.

VII – DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Desde a implementação da avaliação institucional de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, momento em que o Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari passou a adotar as 10 Dimensões no seu processo avaliativo, percebe-se uma caminhada trilhada no percurso de autoconhecimento e aprendizado institucional, resultando em melhorias contínuas em todos os aspectos. Durante esse processo avaliativo, evidenciou-se os avanços conquistados na implementação de uma cultura de avaliação com viés formativo, concretizado de forma sistemática e contínua. Esse trabalho profícuo, liderado pela CPA, tem gerado frutos junto à comunidade acadêmica à medida que a participação dos diversos segmentos envolvidos no processo faz-se mais notória nas etapas estabelecidas, o que tem provocado ações de melhorias pedagógico-administrativas permanentes.

A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e assim exige que alunos, professores, colaboradores técnico-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a investigação científica e a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

O IMEPAC Araguari tem empreendido esforços para manter a coerência entre os resultados das avaliações institucionais internas e externas com as políticas e investimentos definidos e redefinidos no seu PDI e as ações implantadas ao longo de seus ciclos de autoavaliação e avaliação externa. O processo de avaliação institucional tem se configurado como instrumento para identificar oportunidades de avanços e melhorias em suas práticas administrativas e acadêmicas. Os dados referentes às avaliações externas são objetos de discussões, estudos, análises e ponderações sobre potencialidades, fragilidades e sugestões de melhorias por parte de todos os atores da comunidade acadêmica. Igualmente dialética e compartilhada, são realizadas reuniões com colegiados, NDEs, coordenadores, discentes, gestores e direção em que esses dados são discutidos e analisados para serem formuladas providências, definidas estratégias que visam aprimorar a eficiência operacional e garantir a qualidade do ensino na Faculdade, estabelecendo as ações necessárias para cumprir sua missão e possibilitar o alcance de sua visão, aproveitando as suas potencialidades e eliminando as fragilidades, garantindo o aproveitamento das oportunidades e saneamento das ameaças.

A instituição no decorrer dos anos, desde a criação da CPA e da implementação da avaliação institucional vem tomando decisões com base nos resultados dessa avaliação, promovendo uma interlocução com a comunidade acadêmica, garantindo que os avanços sejam percebidos e reconhecidos como frutos de sua participação.

O IMEPAC Araguari oferece em 2016 11 (onze) cursos de graduação bacharelado e 01 (um) curso de graduação licenciatura, a saber: Administração; Ciências Contábeis; Direito; Educação Física; Enfermagem; Engenharia de Produção; Farmácia; Medicina; Medicina Veterinária; Nutrição; Pedagogia (Licenciatura); e Sistemas de Informação. Para 2017 serão oferecidos mais 02 (dois) cursos novos, sendo 01 (um) de graduação bacharelado em Engenharia Civil e 01 (um) Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Apresentamos uma síntese comparativa da evolução da instituição em números, tendo como parâmetro os anos de 2001, 2015 e 2016: a) N° de Alunos matriculados: 2001 = 414, 2015 = 2.307, 2016 = 2.434; b) N° de Cursos ofertados: 2001 = 07, 2015 = 12, 2016 = 12; c) N° de Docentes: 2001/2002 = 61, 2015 = 185, 2016 = 190; e d) N° de Colaboradores Técnico-Administrativos: 2001/2002 = 30, 2015 = 232, 2016 = 242.

É preciso lembrar que a avaliação tem desencadeado um processo de repensar que, por si só, desperta, areja e transforma a percepção e o comprometimento que todos os envolvidos têm com relação à instituição. A própria instituição abre-se para o debate, consolida formas de coleta das informações internas para conhecer-se, para valorar, condição esta, responsável pelos avanços e progressos permanentes que a instituição vem concretizando no percurso de seu desenvolvimento.

Para acompanhar essa evolução em números e alicerçados nos últimos resultados da avaliação institucional, conforme ciclo avaliativo, o IMEPAC investiu na evolução da sua infraestrutura física como: construção, melhorias e manutenção de seus 27 (vinte e sete) laboratórios didáticos; além da construção da nova biblioteca, mais ampla, com espaços adequados, atualização do acervo bibliográfico de todos os cursos nos últimos três anos; construção do Ambulatório; em fase adiantada de obras para construção da clínica veterinária e laboratório de análises clínicas da farmácia; capacitação docente e do pessoal técnico-administrativo; implantação de política de extensão, responsabilidade social, acessibilidade, sustentabilidade, etc; aquisição de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, em especial para acessibilidade; reforma e restauração dos prédios; aquisição de mobiliário adequado para os auditórios; substituição progressiva das carteiras universitárias; aquisição de carteiras para trabalhos em grupos e para o Projeto Integrador; construção de espaços para novos cursos; construção de nova lanchonete; e espaço para o setor de fotocopiadora, dentre outros.

Da mesma forma, como detalhado no Relatório Integral - ciclo 2013/2014 e com repercussão no Relatório Parcial 2015 e 2016 do Ciclo 2015/2017, os resultados das avaliações externas também tiveram uma evolução significativamente positiva, incrementada pelos bons frutos da autoavaliação, sendo que a instituição vem mantendo e/ou melhorando seus conceitos no CPC e também, no IGC.

O IMEPAC Araguari quer avançar cada dia mais, promovendo uma gestão cada vez mais participativa, inclusiva e alicerçada no compromisso social e nos resultados das avaliações internas e externas. Com base nisso, vem incluindo questões da Educação Ambiental, das Relações Étnico-Raciais e em Direitos Humanos (dentre outros) em seus processos avaliativos e de gestão, como forma de promover o respeito às diferenças, o combate a qualquer tipo de discriminação e o desenvolvimento de forma sustentável.

Assim, as ações com vistas às melhorias são de extrema relevância, pois se almeja a busca pela inovação, a integração das ações desenvolvidas por todos os sujeitos, em todos os processos de ensino, de investigação científica, de extensão e de gestão, em prol da qualidade que se materializa nos resultados dos processos avaliativos, confirmando assim, a evolução e progresso da instituição.

Portanto, o processo de evolução do IMEPAC, devidamente demonstrado e pormenorizado em seus relatórios da Autoavaliação e, no momento, também sendo desenhado neste Relatório Parcial 2016 do atual ciclo, retrata o seu compromisso com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que ela oferece à sociedade, confirmando e compreendendo, desse modo, a avaliação (interna e externa) como um forte instrumento de gestão, que tem levado a resultados eficientes, demonstrando o progresso da instituição.